

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS – UNIGOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO PRESENCIAL – PROEP
SUPERVISÃO DA ÁREA DE PESQUISA CIENTÍFICA - SAPC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CPC PME E CONTADORES: COMO ESTÃO?

Amanda Pereira Felix

André de Souza Lopes

ORIENTADOR: Dr. Ednilto Pereira Tavares Junior

GOIÂNIA

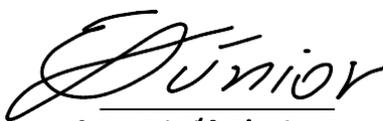
12/202

ANDRÉ DE SOUZA LOPES

AMANDA PEREIRA FELIX

CPC PME E CONTADORES: COMO ESTÃO?

Trabalho final de curso apresentando e julgado como requisito para a obtenção do grau de bacharelado no curso de Ciência Contábeis do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS na data de 14 de dezembro de 2020.



Prof. Dr. Ednilto Pereira Tavares Junior

(Orientador/a) Centro Universitário de Goiás - UNIGOIÁS

Maria Aparecida Fernandes Faria

Profa. Esp. Maria Aparecida Fernandes Faria

(Examinadora) Centro Universitário de Goiás - UNIGOIÁS

Marcelo Rodrigues Albino

Prof. Me. Marcelo Rodrigues Albino

(Examinador) Centro Universitário de Goiás -

UNIGOIÁS

CPC PME E CONTADORES: COMO ESTÃO?

Amanda Pereira Felix¹

Andre de Souza Lopes²

Dr. Ednilto Pereira Tavares Junior³

Resumo: O CPC PME vem com o intuito de estabelecer uma normatização de contabilização geral para as conhecidas pequenas e médias empresas, mas a sua adoção muitas vezes causa desencontro entre os custos e benefícios que se pode obter. Com isso, o presente artigo busca demonstrar se os profissionais contábeis estão utilizando o CPC PME nas escriturações contábeis dessas empresas. Para chegar a tal resultado realizou-se um formulário com perguntas referente ao tema tratado, onde se realizou uma classificação de gênero dos respondentes que demonstrou que a presença feminina vem aumentando de acordo com os anos nessa classe, os profissionais contábeis selecionados estão atuando ou já atuou nas atividades da profissão. Após as análises, conclui-se que boa parte dos profissionais tem conhecimento sobre o assunto, mas que não se faz a adoção dessa normatização como se espera. Com isso, ver-se a necessidade de reforçar a aplicabilidade do mesmo, demonstrando seus benefícios dentro das empresas e não tendo em mente apenas seus custos.

Palavras-chave: CPC PME. Profissional Contábil. Escrituração Contábil.

CPC PME AND ACCOUNTANTS: HOW ARE THEY?

Abstract: The CPC PME comes with the intention of establishing a general accounting standard for the known small and medium-sized companies, but its adoption often causes a mismatch between the costs and benefits that can be obtained. With this, the present article seeks to demonstrate if the accounting professionals are using the CPC PME in the accounting deeds of these companies. In order to reach this result, a form with questions referring to the treated topic was carried out, where a gender classification of respondents was carried out, which demonstrated that the female presence has been increasing according to the years in this class, the selected accounting professionals are working or have already worked in the profession's activities. After the analysis, it is concluded that a good part of the professionals has knowledge about the subject, but that this standardization is not adopted as expected. With this, see if the need to reinforce its applicability, demonstrating its benefits within companies and not only having in mind its costs.

KEYWORDS: CPC PME. Accounting Professional. Bookkeeping.

¹ Discente do curso de Nome do Curso do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. Lattes: Sem link. Orcid: Sem numero. E-mail: famanda003@gmail.com.

² Discente do curso de Nome do Curso do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. Lattes: Sem link. Orcid: Sem número. E-mail: andresgyn@gmail.com.

³ Professor/a Dr. Ednilto Pereira Tavares Junior do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. Doutor/a em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. Mestre/a em Especialista em Especialização em Análise e Auditoria das Demosntrações Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás. Lattes: Sem link. Orcid: Sem numero. E-mail: edniltojunior@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A contabilidade surgiu no ano de 1494 onde Frei Luca Paciolo lançava o método de partidas dobradas, e por consequência é considerado hoje o pai da contabilidade. Contudo a contabilidade só foi reconhecida no século XIX e surgiu com o intuito de fornecer informações, interpretações, análises e orientações sobre a composição e as variações dos patrimônios físicos e jurídicos (Miranda, s.d.). Com isso, ao decorrer dos anos ela foi sofrendo diversas adaptações para melhoria da mesma, e sendo assim foi surgindo recursos para sua padronização de forma mundial.

Neste contexto, tem se a economia global que está em constante evolução e movimento onde a mesma precisa acessar novos mercados, ter novas oportunidades de negócios e reduzir toda e qualquer distancia, que se tem a necessidade de poder analisar e compara as informações contábeis sem a necessidade de se preocupar com a legislação contábil adotada por cada nação (Carrissimo; Pinheiro, 2012). Nisto, surge se a adoção das *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS), que vem com a capacidade de fornecer as informações na integra e de forma tempestiva sobre cenário patrimonial e econômico de uma organização, conforme e explanado no pronunciamento técnico de estrutura conceitual (CPC, 11).

Através dessa padronização os usuários da contabilidade observaram que a mesma servia não somente para auxílio no envio de suas obrigações fiscais, mas também como uma ferramenta de gestão para seus negócios. Ferramenta essa que trazia para sua empresa números relevantes diante de suas análises, e com isso, tendo embasamentos para suas tomadas de decisões.

Com essas adaptações foram surgindo também novos meios de empreender, pois para os micros, pequenos e médios empreendedores veio adaptações tributárias, onde seus usuários tendo em vista o tamanho de sua empresa conseguiam uma carga tributária menor, o que facilitava o seu desenvolvimento. Com isso, essas empresas de pequeno porte foram trazendo uma movimentação maior para a economia do país.

Tendo em vista esse cenário de adaptações e melhorias o presente trabalho tem como tema analisar a aplicação e a preparação do CPC PME pelos contadores da atualidade, pois segundo pesquisa feita pelo Sebrae (Sebrae, s.d.) no Brasil existem, 6,4 milhões de estabelecimentos, e desses 99% são micro e pequenas empresas. Seguindo esses números

apresentados surge a seguinte questionamento: Qual o nível de utilização do CPC PME na escrituração contábil das pequenas e médias empresas?

Com isso, foi realizada uma pesquisa através de questionários com o objetivo de verificar se os contadores estão utilizando o CPC PME na escrituração contábil das micro e pequenas empresas.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - CPC PME

A necessidade de uniformizar a linguagem contábil no mundo surgiu após a quebra de barreiras comerciais entre países e com a criação de blocos econômicos. Logo após esses acontecimentos surgiram grandes mudanças na área contábil em seu contexto histórico social e isso fez com que surgisse a necessidade da apresentação de informações mais claras e compreensíveis por parte das empresas (Sousa, 2012). Visto essa necessidade, Flavia (Diniz, 2014) afirma em seu trabalho que a internacionalização das normas contábeis surgiu com o objetivo de gerar um ponto comum entre os relatórios financeiros elaborado por diversos países e definir métodos de adaptação dos padrões internacionais a partir da contabilidade local.

Com isso o primeiro órgão regulamentador que surgiu foi a *International Accounting Standards Committee (IASC)*, criado no ano de 1973 através de um acordo por meio de órgãos profissionais de contabilidade em prol da padronização de procedimentos contábeis. A IASC era uma estrutura, não essencialmente um comitê formado por um grupo de pessoas. O conselho IASC era conhecido como IASC Board, formado por 13 países membros e até 3 organizações adicionais. (Deloitte, 2009).

Porém com o passar dos anos o IASC viu que havia a necessidade de atualização desses procedimentos, devia-se encontrar uma forma de trazer convergência entre os padrões e as práticas contábeis nacionais e os padrões contábeis globais de alta qualidade. A partir dessa necessidade criou um Grupo de Trabalho e Estratégia para fazer uma análise sobre sua estrutura de planejamento, e a partir disso em dezembro de 1998 esse grupo publicou o relatório para discussão (Deloitte, 2009).

Logo após, em 1º de julho de 2000 entrou em vigor a nova constituição, *International Accounting Standards Board (IASB)* a qual operaria em uma nova Fundação de Comitê de Normas de Contabilidade Internacional, onde seria elaborado as normas internacionais de contabilidade para mais de 100 países do mundo. Essas normas internacionais são conhecidas

como *International Financial Reporting Standards – IFRS* (Deloitte, 2009). Normas essas traduzidas no Brasil como Normas Internacionais de Contabilidade, e que passaram a ser consideradas como os padrões internacionais e sendo assim adotando as antigas IAS.

Com isso, a IFRS tornou-se importante no Brasil após a criação da Bolsa de valores e com a vinda de capital estrangeiro ao mercado nacional, diante desse cenário foi-se gerando para as empresas estrangeiras dificuldade em se ajustarem as normas contábeis do país. Após notado uma grande diversidade na apresentação das práticas contábeis e a falta de padronização das normas contábeis com os padrões internacionais, viu-se que havia uma necessidade de harmonização dessas normas contábeis brasileiras com os padrões internacionais, (Diniz, 2014).

A partir disso o *Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC* foi criado pelo *Conselho Federal de Contabilidade - CFC* através da resolução nº1.055/05 com o seguinte objetivo, (CPC C. d., 2005):

"o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

Sendo assim o mesmo passou a ser responsável por emitir Orientações e Interpretações, além de seus pronunciamentos técnicos. Vale ressaltar que o CPC é um órgão totalmente autônomo das entidades representadas, deliberando por 2/3 de seus membros (CPC C. d., 2005). Sua composição contém dois representantes de cada uma destas seis unidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec Nacional), B3 Brasil Bolsa Balcão, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e a Fundação Instituto e Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) (Mariano, 2007).

O CPC teve seu primeiro aditamento no ano de 2007, e ao decorrer dos anos de 2008 a 2012 emitiu diversos pronunciamentos, interpretações e orientações. (Favarin, 2012). Sua estrutura é composta por 68 documentos, sendo eles 46 pronunciamentos técnicos, 5 orientações técnicas, 17 interpretações técnicas e a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (Santos, 2012).

Dentro desses pronunciamentos emitidos destaca-se o Pronunciamento Técnico – PME, denominado como contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC PME). A criação

desse CPC veio através da necessidade de adaptação das normas contábeis para pequenas e médias empresas sem que houvesse a necessidade de ter todas as opções previstas nas IFRS para as sociedades de grande porte (Silva, 2009). Com isso, o CPC seguindo seu objetivo de padronização das normas contábeis, no ano de 2009 emitiu o Pronunciamento Técnico – PME através da resolução nº 1.255 do CFC que entrou em vigor em 01/01/2010, seguindo a publicação da International Financial Reporting Standard for Small and Medium-Sized Entities (IFRS for SMEs) (Favarin, 2012). Sendo assim, conforme Pedro Cesar (Silva, 2009) cita em seu trabalho, o CPC PME veio para simplificar a apresentação das demonstrações contábeis, levando em consideração a estrutura das pequenas e médias empresas.

Para denominar essas empresas o CPC PME (CPC C. d., 2009), esclarece em seu pronunciamento a denominação de empresas de pequeno e médio porte (PMEs), compostas por sociedades fechadas e empresas que não tem obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações para fins gerenciais. O CPC PME é um conjunto de princípios contábeis, o que significa que ele não precisa ser lido em conjunto com outra norma, como os demais CPCs. Sua aplicação e interpretação é bem mais simples comparada com os demais CPCs (Silva, 2009).

O CFC, por ser o órgão regulatório da atividade dos contadores, tem o poder de punir o profissional de contabilidade que não seguir as normas de contabilidade por base no Código de ética da Profissão. O profissional pode também ter que responder civilmente diante da extensão do caso.

2.2 - Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPE)

As microempresas e as empresas de pequeno porte constituem mais de 90% das empresas brasileiras, número esse que influencia diretamente na economia brasileira como mostra o Sebrae (2017).

De acordo com a Revista “Pequenas Empresas & Grandes Negócios” as pequenas e médias empresas vêm no decorrer de cada ano, desempenhando um papel cada vez mais significativo no mercado brasileiro, quando em 2011 correspondia a 27% do PIB, e no ano de 2020 chegou a representar 30%. O Sebrae em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra números impressionantes em relação a representação de empresas, número esse que é de 99% das empresas abertas hoje e empregos, por elas gerados que representam 52% das carteiras assinadas (Dados de 2019 e divulgado 2020). Leite (2012) também destaca que as microempresas, pequenas empresas e as médias empresas, desempenham um papel importantíssimo a economia do país, referindo se aos números de empresas, empregos e ao PIB.

Longenecker et. al. (1997) já mostrava a importância das PMEs no mercado. “Como parte da comunidade empresarial, as pequenas empresas contribuem inquestionavelmente para o bem-estar econômico da nação. Elas produzem uma parte substancial do total de bens e serviços. Assim, sua contribuição econômica geral é similar àquela das grandes empresas. As pequenas empresas, entretanto, possuem algumas qualidades que as tornam mais do que versões em miniatura das grandes corporações. Elas oferecem contribuições excepcionais, na medida em que fornecem novos empregos, introduzem inovações, estimulam competição, auxiliam as grandes empresas e produzem bens e serviços com eficiência”. (Longenecker, Moore e Petty 1997, p. 34).

As micro e pequenas empresas estão trazendo para o mercado muita inovação e competitividade, diversas startups estão surgindo com várias soluções tecnológicas com foco em identificar problemas e, a partir da solução criar uma ideia de negócio segundo Botelho, Carrijo e Kamasaki (Marisa dos Reis Azevedo Botelho, 2007). Cruz (2003) diz que as pequenas empresas são caracterizadas como mais inovadoras, por ter uma capacidade de flexibilização e adaptação em menor tempo quando refere-se a demanda exigida.

Um exemplo expressivo de inovação é o mercado virtual para essas pequenas empresas, que cresce dia após dia, trazendo para seus consumidores mais conforto e comodidade em suas compras. Mas não é difícil encontrar autores que se opõem a esse pensamento e destacam que quanto maior é a empresa, mais inovadora ela aparece no mercado, como Hobday (1994), que foi citado por Lastres, *et. al.* (1998, p 63) que diz “de um modo geral as pequenas empresas não dispõem de ativos complementares necessários para explorar inovações em mercado de produção em massa e têm maiores dificuldades de obter resultados de suas inovações. As grandes empresas raramente dividem suas *core capabilities* dentro da rede, por questões econômicas, tecnológicas e estratégicas”.

O SEBRAE também nos mostra que além da inovação, os pequenos negócios trazem para os consumidores mais opções de produtos e serviços. E com isso, gera mais concorrência, variedade nos preços e estímulo no consumo. E com essa relevância das micro e pequenas empresas dentro do mercado econômico brasileiro viu-se que havia a necessidade de uma legislação específica para a sua proteção. Com isso foi criada a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Giordano, 2019).

Essa lei foi criada no ano de 2006 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a competitividade das MEs e EPPs. Ao decorrer dos anos ela passou por quatro rodadas de alterações, sendo elas 127/2007, 128/2008, 133/2009 e 139/2011 (Rizza, 2013).

Com isso, por meio da Lei Geral foi criado o Simples Nacional, que é um regime tributário específico para as MEs e EPPs. Ele visa a redução de carga tributário e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento dos impostos e ainda prevê diversos benefícios para as pequenas empresas (Rizza, 2013).

2.3 - Desafios das PMEs

Mas nem tudo é felicidade nas PMEs, juntamente com os prós tem os contras para o equilíbrio, onde Lastres et. al. (1998) já começa a mostrar os pontos como a questão econômica das PMEs, assim como Pelissari et. al. (2011) que acredita na relevância das pequenas empresas na economia do país, também vê como uma interrogação suas administrações, por ter em grande maioria na gestão total da empresa em uma só pessoa, que quase sempre é o próprio dono da empresa, fazendo com que ela esteja em pleno risco de não ter uma vida longa por seguir seu próprio padrão, onde muito das vezes não tem estratégia, orientação ou experiência adequada. Leite (2012) vai ainda mais além, colocando como um dos principais riscos de fracasso a falta de objetividade, a falta de conhecimento do mercado e tomada de decisão equivocada pela inexperiência do administrador diante da PME.

2.4 - Demonstrações obrigatórias

Em 1º de Janeiro de 2010, entra em vigor a resolução CFC nº 1.255 de 2009, a conhecida NBC TG 1000, mas que ter sua obrigatoriedade somente em 2012, deixando esse prazo para que as empresas tenham um período de adaptação a essa norma. De acordo com a NBC TG 1000 fica obrigatório a elaboração as demonstrações para as pequenas e medias empresas o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de caixa e as Notas Explicativas.

Em 4 de Dezembro de 2012 foi expedido um modelo contábil para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a ITG 1000, onde entraria em vigor na data da divulgação (5 de dezembro de 2012), mas aplicadas aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012 (ITG 1000 Resolução 1418/12).

No item 26 da ITG 1000 fica claro sobre a demonstração a ser elaborada, o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e as Notas Explicativas ao menos uma vez ao ano (final do exercício) podendo ter que elaborar demonstrações intermediárias sempre que houver necessidade. As demais demonstrações obrigatórias na NBC TG 1000, nessa

interpretação apesar de não serem obrigatórias, é recomendado pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.5 - O Contador

O profissional da contabilidade por muitos anos foi conhecido por ser simplesmente o profissional que guardava os livros de registros das empresas, mas a verdade é que esse profissional vem em uma evolução constante desde 8.000 a. C., quando foi encontrado os primeiros registros do papel do contador (CRC SC). Roveda (2018) diz que entre os anos 1950 e 1960, os profissionais da contabilidade eram tratados como guarda-livros e que somente nos anos de 1970 é que começaram a entender sua importância. Belski, Richmond e Brozovsky (2004) diz que depende muito de como o público enxerga o profissional, para a profissão chegue ao sucesso.

Marion (2011) afirma que a maioria das empresas utiliza a contabilidade de forma equivocada, utilizando o escritório como departamento pessoal e geradores de guias de impostos, quando deveriam utiliza-los como um instrumento para tomada de decisão. Ainda destaca uma deficiência de competência dos profissionais técnicos quando diz que deixa a desejar nos relatórios contábeis para atender os usuários. Dimnik e Felton (2006) destacam que o contador é um dos profissionais que mais se preocupam com a imagem pública por carregar, por tanto tempo, a imagem de pessoa chata, profissão repetitiva e pouco atraente. Da mesma forma colocada por Miranda; Miranda & Araujo (2012).

Realidade que vem sendo revertida aos poucos com a aproximação dos profissionais da contabilidade para com as empresas, principalmente as micro e pequenas empresas, com um papel de legítimo conselheiro na gestão de seu cliente. Roveda (2018). Soares (2020) diz que “A contabilidade pode auxiliar na gestão empresarial fornecendo informações, analisando dados, identificando oportunidades, entre outros. Porém, para explorar ao máximo a capacidade do contador de se tornar o braço direito do gestor e agregar valor ao negócio, é preciso ajuda da tecnologia”.

3 - MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi classificado conforme com as metodologias quantitativas, descritiva e exploratória que Gil (2002) explana em seu estudo. Tem um objetivo descritivo, na medida em que busca analisar o nível de utilização do CPC PME nas escriturações contábeis das pequenas e médias empresas. Sua abordagem de pesquisa tem o método quantitativo, pois teve a coleta de dados, através da aplicação de questionários para profissionais da área contábil que exercem

a sua função atualmente, ou que já atuaram na mesma. Classificado com um tipo de pesquisa exploratória e descritiva que busca descobrir o nível de utilização do CPC pelos contadores da atualidade e analisar a padronização de técnica dos profissionais.

Quanto aos procedimentos para coleta de dados foi realizado um levantamento através de questionário formulado na plataforma do Google Forms e enviado via WhatsApp para os respondentes, tendo como um pré-requisito para resposta a graduação completa.

O retorno referente ao questionário foi de 53 respostas, sendo 41 (quarenta e uma) respostas válidas e 12 (doze) inválidas, as quais foram desclassificadas do estudo, pois o questionário foi preenchido de forma incompleta. A pesquisa foi realizada no segundo semestre do ano de 2020 (dois mil e vinte), na modalidade a distância.

O questionário foi dividido em duas categorias, sendo assim, composto por 7 (sete) questões, onde 4 (quatro) dessas foi para classificação de gênero e 3 (três) técnicas com a finalidade de analisar o conhecimento dos profissionais.

4 - Apresentação e Análise de Resultados

4.1 - Perfil dos Respondentes

Sempre que o assunto é contabilidade é comum associar-se a figura masculina, contudo esse cenário tem mudado com o passar dos tempos. Em maio de 2019, o CRCSP apresentou em seu *site*, um artigo com um número apresentado pelo IBGE, mostrando que 43% dos registros na contabilidade são profissionais do gênero feminino, número esse bem expressivo quando se comparado ao ano de 1996, quando a representação feminina era de 27% de acordo com o próprio CRC.

Com isso, tendo como base os números apresentados pelo CRCGO, a pesquisa teve como primeira pergunta em seu questionário a classificação do gênero dos respondentes tendo como intenção analisar os dados apresentados pelo próprio CRC.

A tabela 1 mostra os dados obtidos através da pesquisa, que foram de 48,78% de respondentes do público feminino e 51,22% de respondentes do público masculino, o que deixa bem visível que o número de profissionais da contabilidade do sexo masculino ainda compõe mais da metade do total dos profissionais registrados.

Tabela 1 - Classificação de gênero

Gênero	Qtd	%
Feminino	20	48,78%
Masculino	21	51,22%
Total	41	100,00%

Seguindo com a classificação de gênero dos respondentes, outro ponto de atenção para a análise foi o tempo de formação dos profissionais de contabilidade, levando em consideração os grandes avanços tecnológicos da atualidade, pois com o passar dos anos os processos a serem desenvolvidos vem sofrendo inovações tecnológicas e isso acaba exigindo do profissional adaptações para desenvolver as funções.

Silva (2020), destacou em seu recente trabalho como era vista a figura antiga do contador, onde o profissional era mais conhecido como “guarda-livro” devido ao grande acúmulo de arquivo materiais, e seu conhecimento era mais limitado, sabendo somente o básico para o exercício da sua função.

Meneguzzo (2011) também aborda em seu estudo a acomodação dos profissionais da contabilidade com o decorrer do tempo, não só na aplicação das normas, mas também dentre outros aspectos, e ainda aponta a desvalorização profissional como o principal motivo.

Contudo o profissional da atualidade precisa ter um conhecimento adicional, mais voltado para a área de sistemas e tecnologias, ponto esse que acaba afetando os profissionais com um tempo de formação maior, pois não podem cair na sua zona de conforto e sempre precisam ficar atentos aos novos processos e padronizações.

Levando em consideração esse processo de inovação e dos novos métodos que surgiram nesse processo, analisamos o perfil descritivo dos respondentes em relação ao seu tempo de formação na tabela 2, para analisar se há uma fase no tempo de profissão em que se aplica com mais frequência, ou se deixam de aplicar o CPC específico.

Com isso, partindo para a análise de dados, o estudo teve um total de 41 respostas, onde 53,66% dos respondentes são profissionais que se formaram a 5 anos, 24,39% entre de 6 a 10 anos e apenas 21,95% a mais de 11 anos, deixando de forma bem visível que mais da metade dos respondentes são profissionais recém-formados.

Logo em seguida temos a tabela 3 visando analisar o perfil descritivo dos respondentes em comparação aos tipos de instituição de ensino, onde apenas 23,91% concluíram a graduação em universidade pública e 65,22% concluíram em universidade em privada.

Tabela 2 – Análise dos respondentes referentes ao tempo em questão formados

Tempo de Formação	Qnt.	%
Até 5 anos	22	53,66%
De 6 a 10 anos	10	24,39%
Acima de 11 anos	9	21,95%
Total	41	100,00%

Tabela 3 – Tipo de IES

Tipo de IES	Qnt.	%
Pública	11	26,83%
Privada	30	73,17%

Através dos dados apresentados, o estudo mostra que teve mais respondentes do sexo masculino do que do feminino, ele apresenta também que mais da metade são profissionais respondentes se formaram recentemente em um prazo de até 5 anos e a grande maioria se formou em universidade privada.

4.2 - Questão 1 – Valor Recuperável de um Ativo Imobilizado

Conforme destaca o CPC 26 o balanço patrimonial de uma empresa é dividido em três grupos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O Ativo é composto pelos bens e direitos da empresa, o Passivo pelas obrigações da empresa com terceiros e o Patrimônio Líquido pelas obrigações da empresa com ela mesma.

O grupo do Ativo é subdividido por dois subgrupos: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante. O subgrupo do Ativo Circulante fica registrado os bens e direitos da empresa que podem ser convertidos em caixa em um prazo de 365 dias, e o subgrupo do Ativo Não Circulante fica registrado os bens e direitos da empresa que não podem (ou que não tem a intenção) ser convertidos em caixa durante os próximos 365 dias.

Com isso, levando em consideração o grupo do Ativo para análise da pesquisa, dentro do subgrupo do ativo não circulante se encontra os ativos imobilizados, onde trabalhamos com a seguinte questão em nosso estudo:

Resposta de acordo com as normas de contabilidade. Uma Companhia apresentou em seu ativo imobilizado uma máquina que, com o passar do tempo, verificou-se perda do valor de mercado e também de desempenho econômico. Foram identificados os seguintes valores para o ativo: - Custo histórico R\$ 15.000,00 - Valor em uso R\$ 12.000,00 - Valor justo R\$ 13.000,00 De acordo com as normas contábeis, esse ativo deverá ser apresentado no Balanço Patrimonial pelo valor de:

O CPC PME destaca em seu pronunciamento os requisitos para reconhecimento e mensuração dos Ativos Imobilizados, onde tem-se um ponto muito importante destacado nesse CPC para reconhecimento desses ativos, que é referente apresentação do valor, onde os mesmos podem ser reconhecidos pelo seu valor justo quando mensurado de forma confiável, sem custos ou esforços excessivos, Seção 17 (CPC PME, 2005).

O reconhecimento do ativo imobilizado pelo seu valor justo acontece em casos onde tem a desvalorização do bem apresentada de forma confiável.

Na tabela Questão 1 mostra que um grande número de respondentes interpreta de forma correta o CPC quando se trata do valor recuperável do ativo imobilizado, que tem sua explicação no CPC 01 dizendo que, deve-se comparar o valor justo com o valor em uso e o maior valor será o valor recuperável, assim deve-se observar o valor contábil com o recuperável, onde o menor valor será registrado no balanço.

Valor Justo	O valor justo está fixado no item 9 do CPC 46 onde trás sua definição como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo
--------------------	--

	em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”.
Valor em Uso	No CPC 01, item 6 mostra de forma clara o que é o valor em uso, está exposto que “é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa”.
Valor Contábil	No próprio CPC 01 mostra a definição de valor contábil, onde diz que é o valor que está registrado no balanço depois de subtraído as depreciações, amortizações, exaustões acumuladas e os ajustes para perdas.

Questão 1

Resultado 1	Qnt.	%
15.000,00	5	12,20%
12.000,00	11	26,83%
13.000,00	25	60,98%
Total	41	100,00%

Na questão 1 teve 25 acertos (60,98% do total dos respondentes), sendo que 16 acertos foram de respondentes com até 5 anos de formação, o que representa 64% das respostas corretas, se comparado com o total de participantes com até 5 anos de formação, terá uma representação de 72,73% de acerto. Outros 6 participantes que acertaram têm entre 6 e 10 anos de formação, equivalente a 24% dos acertos e em comparação aos de mesmo tempo de formação, teve 60% de assertividade, e ainda teve 3 participantes que responderam de forma correta e que tem um tempo de formação acima de 11 anos e que representam 12% dos participantes que tiveram a resposta correta, que quando comparado com os respondentes da mesma faixa do tempo de formação, significam 33,33% de acerto.

Ainda pode-se apresentar o expressivo número de acertos dos participantes do gênero feminino que chega a 60% contra 40% do masculino, que quando comparado ao total de profissionais feminino participantes, chega a 75%, mostrando uma disciplina maior em comparação aos do gênero masculino.

4.3 - Questão 2 - Depreciação

O CPC PME traz a depreciação na seção 17 (Ativo imobilizado) no item 17.16. Hendriksem e Breda (1999) diz que “depreciação se refere ao processo de alocação do valor de entrada, geralmente o custo original ou corrigido, de instalações e equipamentos, aos vários períodos durante os quais espera-se obter os benefícios decorrentes de sua aquisição e seu

emprego” Hendriksem & Breda (1999 p.325). E de forma mais simples, Frazão (2019) explica que depreciação é a perda de valor de um ativo em circunstância de seu tempo de uso ou desgaste natural.

A questão 2 dessa pesquisa trata da depreciação de um determinado ativo, onde foi feito a seguinte questão:

“Uma empresa tem por política substituir a máquina utilizada na produção após 5 anos de uso. Para uma determinada máquina adquirida em julho de 2016, foram apuradas as seguintes informações de vida útil: - Vida útil média informada pelo fabricante 15 anos - Durabilidade média apurada pelas publicações técnicas especializadas 12 anos. Existe, na legislação tributária vigente, a possibilidade de se utilizar um período de 3 anos para depreciação, independentemente do real tempo de uso da máquina pela Sociedade Empresária. Considerando-se os dados informados, e de acordo com as normas contábeis vigentes a vida útil da máquina a ser adotada, para fins de registro contábil da depreciação, será de:”.

Questão 2

Resultado 2	Qnt.	%
3 anos	8	19,51%
5 anos	16	39,02%
10 anos	10	24,39%
12 anos	4	9,76%
15 anos	3	7,32%
Total	41	100,00%

Na questão 2, apenas 16 participantes responderam de forma correta, o que significa apenas 39,02% dos respondentes. Dos participantes que responderam de forma correta, 9 tem até 5 anos de formação, o que representa 56,25% dos que souberam responder, em relação ao total de participantes com até 5 anos de formação, se tem 40,91% de resposta correta.

Outros 6 profissionais que responderam correto, tem entre 6 e 10 anos de formação, o que representa 37,50% de acerto e quando comparado com os profissionais com o mesmo tempo de formação, chega a 60,00% de resposta certa.

Já os respondentes com mais de 11 anos de formação, somente 1 respondeu de forma correta, acerto esse que equivale a 6,25% de acerto e 11,11% em comparação aos participantes com o mesmo tempo de formação.

Em relação ao gênero, pode ser observado na tabela 5 que houve um certo equilíbrio de resposta correta, onde 9 dos 16 acertos foi do gênero masculino.

4.4 - Questão 3 - Estoque

Estoque pode ser encontrado no CPC PME na seção 13 e como característica desse pronunciamento, no que se trata de estoque está bem reduzido, mas traz os pontos principais do

pronunciamento completo, tendo o custo e a mensuração do estoque como principais tópicos dessa seção.

No item 13.5 vem de forma clara e bem direta explicando o que é custo de estoque dizendo: “A entidade inclui no custo de estoques todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques para sua localização e condição atuais” (CPC PME; p.62), ou seja, da aquisição da mercadoria até o armazenamento definitivo.

No item 13.4 trata da mensuração de estoques relatando que a empresa deve avaliar o estoque pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de vendas. A partir desse item que foi formulado a terceira questão técnica afim de verificar o conhecimento e aplicação do CPC PME. Questão essa que foi apresentada da seguinte forma:

“Uma empresa deparou com a seguinte situação ao adquirir mercadoria para venda: - Custo de aquisição R\$ 50.000,00 (preço líquido dos tributos recuperáveis) - Preço de venda da mercadoria R\$ 52.000,00 - Gastos com comercialização R\$ 4.000,00 De acordo com as normas contábeis, qual o valor do estoque no Balanço Patrimonial?”

Respostas apresentadas na tabela questão 3.

Questão 3

Resultado 1	Qnt	%
R\$46.000,00	1	2,44%
R\$48.000,00	6	14,63%
R\$50.000,00	28	68,29%
R\$52.000,00	1	2,44%
R\$54.000,00	5	12,20%
Total	41	100,00%

Essa questão deixa claro que a maioria dos profissionais não tem o pleno domínio desse assunto, uma vez que somente 6 participantes deram a resposta correta, o que representa 14,63% dos participantes totais, sendo 4 acertadores com até 5 anos de formação, representando 66,67% dos que responderam de forma correta. Ainda teve 1 respondente com 6 a 10 anos de formação e 1 com mais de 11 anos de graduação representando 16,67% cada um.

Da mesma forma que ocorreu na questão 1, os respondentes do gênero feminino tiveram o maior número de acerto em relação ao masculino, sendo 66,67% de acerto das profissionais.

5 - Considerações Finais

Segundo uma pesquisa realizada pelo Sebrae no ano de 2017, as micro e pequenas empresas constituem cerca 90% das empresas ativas no Brasil. Portanto diante desse número podemos ver a grande relevância do presente trabalho, pois o mesmo teve como objetivo inicial, analisar a utilização do CPC PME por parte dos contadores nas Micro e Pequenas empresas.

O presente trabalho foi realizado com o objetivo de analisar o nível de utilização do CPC PME na escrituração contábil das pequenas e médias empresas.

Para tanto foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, com a utilização do método quantitativo e utilizado como método para coleta de dados a aplicação de questionários. O estudo foi desenvolvido com a partir dos fatores institucionais descritos por Gil (2002).

Para a construção do trabalho, foi realizado a aplicação de questionário e suas respostas foram tratadas estatisticamente, onde o mesmo teve um retorno de 41 respostas válidas que a partir delas podemos concluir que mais da metade da população de profissionais da área contábil não tem o conhecimento ou não utilizam o CPC PME em suas escriturações contábeis.

Tendo em vista a aplicação do método quantitativo como análise, a Questão 1 teve dentre suas respostas 60,98% assertividade, o que demonstra que grande parte dos respondentes tem conhecimento sobre o assunto, contudo ainda tem uma margem de 39,02% de respondentes que desconhecem ou não utilizam o CPC PME em suas escriturações.

Contudo, as Questões 2 e 3 do questionário tiveram uma variação um pouco maior, onde mostra que a grande maioria dos profissionais desconhecem ou não tem o domínio sobre o assunto, pois a questão 2 teve apenas 39,02% de respostas assertivas e na questão 3 apenas 14,63% de resposta assertivas.

O presente estudo também encontrou limitações na obtenção de respostas, pois foi realizado de forma 100% online, devido a Pandemia do ano de 2020, sendo assim não pode ter o contato direto com profissionais para realização da pesquisa.

Um ponto de análise para pesquisas futuras que pode ser levado em consideração é a avaliação dos profissionais recém formados, pois como nosso estudo teve como base de resposta de profissionais que se formaram em um prazo de até 5 anos isso pode ter influência sobre tal conhecimento.

Outro ponto de sugestão para pesquisas futuras é abordar o índice de conhecimento dos profissionais em relação ao tipo de instituição de ensino que concluíram a graduação. Como a quantidade de respondentes desse estudo foi pouco, não houve a possibilidade de fazer esse tipo de análise.

REFERÊNCIAS

- Anderson Soncini Pelissari, I. V. (2011). Competências gerenciais: um estudo em pequenas empresas de confecções.
- Branco, I. M. (agosto de 2015). Principais Consequências da Adoção das IFRS: Análise da Literatura Existente e Sugestões para Investigação Futura.
- CARÍSSIMO, C. R.; PINHEIRO, L. E. T. IFRS Para Pequenas e Médias Empresas: Um estudo Através dos Escritórios Contábeis de Minas Gerais. Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte, v. 4, n. 48, 2012.
- CFC. (2016). NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.
- CPC, C. d. (2005). CPC. Fonte: CPC: <http://www.cpc.org.br/>.
- CPC, C. d. (2005). Pronunciamento Técnico Pme Contabilidade Para Pequenas E Médias Empresas.
- CPC, C. d. (2009). Pronunciamento Técnico Pme Contabilidade Para Pequenas E Médias Empresas.
- CPC,C.d.Disponívelem<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/392_CPC_PME_eGlossario_R1_rev%2011.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2020.
- Cruz, R. (2003). O empreendedor no processo de inovação de pequenas empresas de software do Rio Grande do sul.
- Deloitte. (2009). *iasplus*. Fonte: *iasplus*: <https://www.iasplus.com/en/resources/ifrsf/history/resource25>
- Diniz, F. (04 de 02 de 2014). *Ciências Contábeis*. Fonte: Ciências Contábeis: [http://www.cienciascontabeis.com.br/cpc-comite-pronunciamentos-contabeis/#:~:text=Com%20a%20finalidade%20de%20esquadrinhar,\(International%20Accounting%20Standards%20Committee\)](http://www.cienciascontabeis.com.br/cpc-comite-pronunciamentos-contabeis/#:~:text=Com%20a%20finalidade%20de%20esquadrinhar,(International%20Accounting%20Standards%20Committee)).
- Favarin, M. C. (2012). Um Estudo Sobre Os Estágios De Adoção Do Cpc Pme Sob A Óptica Da Teoria Institucional.
- Frazão M. (2019). Como calcular a depreciação de bens do Ativo Imobilizado. <https://investorcp.com/gestao-ativo-imobilizado/como-calcular-depreciacao-ativo-imobilizado/>
- Giordano, D. (30 de Setembro de 2019). *Dados mostram a importância das micro e pequenas empresas para a economia do Brasil*. Fonte: Blog Consolig: <https://www.consolidesuamarca.com.br/blog/importancia-micro-pequenas-empresas>.
- Gil, Antonio (2002) Como Elaborar Projetos de pesquisa. 4º Edição, São Paulo Ed. Atlas S.A
- Hendriksen, E.; Breda, M. F. V. (1999) Teoria da Contabilidade. 5 ed. São Paulo. Atlas.

- Jr., I. C. (31 de Agosto de 2018). *CFC - Conselho Federal de Contabilidade*. Fonte: CFC - Conselho Federal de Contabilidade : <https://cfc.org.br/destaque/o-estagio-da-internacionalizacao-das-normas-contabeis/>
- Lastres, H; Cassiolato, J.; Lemos, C.; Maldonado, J.; Vargas, M. (1998) Globalização e Inovação localizada. Nota técnica 01/98
- Leite, E. (2012). *O Fenômeno do Empreendedorismo*. São Paulo: Saraiva.
- Longenecker, J. G. (1997). *Administração de Pequenas Empresas. Ênfase na Gerência Empresarial*. São Paulo: Makron Books.
- Mariano, R. S. (17 de julho de 2007). A importância da criação do comitê de pronunciamentos contábeis para a convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade. *A importância da criação do comitê de pronunciamentos contábeis para a convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade*.
- Botelho, M. R. A., M. d. (2007). Inovações, Pequenas Empresas e Interações com Instituições de Ensino/Pesquisa em Arranjos Produtivos Locais de Setores de Tecnologia Avançada.
- Miranda, E. L. (s.d.). *A evolução da contabilidade no Brasil*. Fonte: Brasil Escolha.
- Meneguzzo, A. P. (2011). Olhares e perspectivas sobre o profissional contábil no meio organizacional: Um estudo sob a ótica dos empresários de empresas metalúrgicas de Caxias do Sul – RS 123, L. C. (10 de novembro de 2011).
- Rizza, I. S. (Fevereiro de 2013). **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMALIZAÇÃO DAS EMPRESAS: LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E INICIATIVAS PARA A DESBUROCRATIZAÇÃO.**
- Santos, G. M. (2012). Critérios Utilizados pelos Escritórios Contábeis na Adoção Inicial do Pronunciamento CPC PME .
- Sayuri, O. (2020). Empreendedorismo e Inovação: a moeda para o sucesso nos negócios.
- Sebrae. (s.d.). *Pequenos negócios em números*. Fonte: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>
- Silva, P. C. (julho de 2009). *Administradores.com*. Fonte: Administradores.com: <https://administradores.com.br/artigos/cpc-pme-normas-internacionais-ao-alcance-de-todos#:~:text=O%20Comit%C3%AA%20de%20Pronunciamentos%20Cont%C3%A1beis,a%20partir%20de%2001.01.2010>.
- Sousa, S. C. (junho de 2012). A internacionalização das normas contábeis e a sua relação com os profissionais da área contábil credenciados pelo CRC na cidade do Natal/RN.

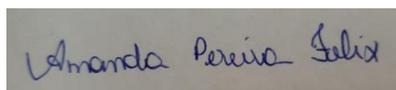
**TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DO
PRODUTO ACADÊMICO-CIENTÍFICO EM VERSÃO IMPRESSA E/OU
ELETRÔNICA PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNIGOIÁS**

Pelo presente instrumento, Eu, AMANDA PEREIRA FELIX, enquanto autor(a), autorizo o Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS a disponibilizar integralmente, gratuitamente e sem ressarcimentos, o texto CPC PME E CONTADORES: COMO ESTÃO?, tanto em suas bibliotecas e repositórios institucionais, quanto em demais publicações impressas ou eletrônicas da IES, como periódicos acadêmicos ou capítulos de livros e, ainda, estou ciente que a publicação poderá ocorrer em coautoria com o/a orientador/orientadora do trabalho.

De acordo com a Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, tomo ciência de que a obra disponibilizada é para fins de estudos, leituras, impressões e/ou *downloads*, bem como a título de divulgação e de promoção da produção científica brasileira.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento da Legislação de Direito Autoral e também da obrigatoriedade da autenticidade desta produção científica, sujeitando-me ao ônus advindo de inverdades ou plágio, e uso inadequado ou impróprio de trabalhos de outros autores.

Goiânia, 07 de dezembro de 2020.



Amanda Pereira Felix
Discente



Prof. Dr. Ednilto Pereira Tavares Junior
Orientador

**TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DO
PRODUTO ACADÊMICO-CIENTÍFICO EM VERSÃO IMPRESSA E/OU
ELETRÔNICA PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNIGOIÁS**

Pelo presente instrumento, Eu, ANDRÉ DE SOUZA LOPES, enquanto autor(a), autorizo o Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS a disponibilizar integralmente, gratuitamente e sem ressarcimentos, o texto CPC PME E CONTADORES: COMO ESTÃO?, tanto em suas bibliotecas e repositórios institucionais, quanto em demais publicações impressas ou eletrônicas da IES, como periódicos acadêmicos ou capítulos de livros e, ainda, estou ciente que a publicação poderá ocorrer em coautoria com o/a orientador/orientadora do trabalho.

De acordo com a Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, tomo ciência de que a obra disponibilizada é para fins de estudos, leituras, impressões e/ou *downloads*, bem como a título de divulgação e de promoção da produção científica brasileira.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento da Legislação de Direito Autoral e também da obrigatoriedade da autenticidade desta produção científica, sujeitando-me ao ônus advindo de inverdades ou plágio, e uso inadequado ou impróprio de trabalhos de outros autores.

Goiânia, 07 de dezembro de 2020.

André de Souza Lopes

André de Souza Lopes
Discente

Ednilto Pereira Tavares Junior

Prof. Dr. Ednilto Pereira Tavares Junior
Orientador